

AUDITOR FISCAL

igeduc

50 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 40)

1. Analise as afirmativas a seguir:

I. O pagamento efetuado por um dos coobrigados se aproveita aos demais, sendo, portanto, um dos efeitos da solidariedade.

II. São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham o mesmo interesse na situação que constitua o fato gerador da obrigação acessória.

III. Não comporta benefício de ordem a solidariedade prevista no Art. 124. do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1996).

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

2. Analise as afirmativas a seguir:

I. O município de Remanso pode instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria, respeitadas as peculiaridades no tocante aos dois últimos tributos.

II. As taxas do município de Remanso podem ter a mesma base de cálculo dos impostos.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

3. Analise as afirmativas a seguir:

I. Apenas a Lei Complementar deverá estabelecer as condições gerais para o parcelamento de débitos fiscais e a ampliação do prazo de recolhimento do ICMS.

II. O Poder Executivo de cada unidade da Federação publicará decreto, ratificando ou não, os convênios celebrados em relação ao ICMS dentro de 15 dias.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

4. Analise as afirmativas a seguir:

I. O microempreendedor individual (MEI) não poderá optar pelo Simples caso seja constituído na forma de startup.

II. A microempresa que venda refrigerantes no atacado poderá optar pelo Simples.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

5. Analise as afirmativas a seguir:

I. Em processos licitatórios, as microempresas e empresas de pequeno porte que se achem irregulares no âmbito fiscal ou trabalhista perdem automaticamente o direito de contratação.

II. Segundo Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas (ME) podem constituir sociedade de propósito específico (SPE) desde que seja constituída sob a forma de sociedade limitada.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

6. Analise as afirmativas a seguir:

I. A competência tributária é indelegável, salvo nos casos de atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos.

II. O estado, ao não exercer sua competência tributária, a defere para o município.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

7. Qual a alternativa CORRETA?

a) O contribuinte é aquela pessoa que tem relação pessoal e indireta com o fato gerador do tributo.

b) O sujeito ativo da obrigação tributária pode ser uma pessoa de direito privado.

c) O sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica titular da competência para exigir seu cumprimento.

d) Os sujeitos ativo e passivo integram o elemento subjetivo da obrigação tributária.

8. Qual a alternativa CORRETA?

a) A validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes não é abstraída da definição legal de fato gerador da obrigação tributária.

b) O fato gerador da obrigação tributária é a circunstância concreta que enseja o nascimento da relação obrigacional entre o Estado e os particulares.

c) O imposto de competência da União sobre qualquer renda ou proventos tem como fato gerador a indisponibilidade econômica ou jurídica.

d) O fato gerador da obrigação tributária principal é definido em lei como necessário e insuficiente para sua ocorrência.

9. Qual a alternativa CORRETA?

a) O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade.

b) O contribuinte do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana pode ser apenas o proprietário do imóvel.

c) A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor de mercado do imóvel.

d) O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Rural é de competência do município.

10. Qual a alternativa CORRETA?

a) A obrigação principal não se extingue com o crédito dela decorrente.

- b) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador.
- c) A obrigação tributária pode ser principal ou acessória.
- d) A obrigação acessória não pode converter-se em principal.

11. Qual a alternativa CORRETA?

- a) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera a responsabilidade imediata do seu sócio-gerente.
- b) Os ganhos decorrentes de atos ilícitos podem ser tributados, pois o direito tributário possui evidente objetivo econômico. Dessa forma, não se tributa a conduta, mas o resultado econômico obtido.
- c) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é admissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributos.
- d) A responsabilidade por infrações à legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável.

12. Qual a alternativa CORRETA?

- a) Os estados e os municípios podem estabelecer diferença tributária entre os bens de qualquer natureza, avaliando sua procedência ou o seu destino.
- b) A União pode, avaliando a peculiaridade de cada região, instituir impostos que não são uniformes no território nacional.
- c) É vedado aos entes da federação instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, respeitadas as exceções contidas na legislação tributária.
- d) No Brasil, os entes da Federação podem cobrar tributos das igrejas católicas.

13. Qual a alternativa CORRETA?

- a) A microempresa que, no ano-calendário, ultrapassar os limites de receita bruta em 42% será excluída do tratamento jurídico diferenciado da Lei Complementar Nº 123/06 no próximo ano-calendário.
- b) As micro e pequenas empresas que não optarem pelo Simples poderão se utilizar de benefícios não tributários da Lei Complementar Nº 123/06.
- c) A formalização de MEI tem caráter eminentemente econômico ou fiscal.
- d) Os optantes do tratamento jurídico diferenciado da Lei Complementar 123/06 farão jus à apropriação de créditos referentes a tributos abrangidos pelo Simples e poderão destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

14. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Na Bahia, 40% (quarenta por cento) do produto da arrecadação do ICMS serão destinados aos Municípios.
- II. Na Bahia, o chefe do poder executivo está autorizado a realizar o ajuste dos valores das multas anualmente.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) Nenhuma.

15. Analise as afirmativas a seguir:

- I. É admissível que a Medida Provisória verse sobre extinção de tributos.
- II. Lei ordinária não pode autorizar que a autoridade administrativa conceda remissão total do crédito tributário.
- III. Decisões de órgãos singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa são consideradas normas complementares.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma.
- b) Apenas uma.
- c) Apenas duas.
- d) Todas.

16. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Quando a legislação tributária não for clara quanto ao lugar do pagamento, este poderá ser efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito ativo.
- II. O direito de pleitear a restituição por pagamento indevido extingue-se em 05 anos.
- III. Quando a legislação tributária não fixar prazo para o tempo de pagamento, o vencimento do crédito ocorrerá em 8 semanas.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma.
- b) Apenas uma.
- c) Apenas duas.
- d) Todas.

17. Analise as afirmativas a seguir:

- I. As decisões de órgãos singulares de jurisdição administrativa entram em vigor 30 dias após a sua publicação.
- II. Os convênios celebrados entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios entram em vigor na data neles prevista.
- III. Os dispositivos da lei que majorem impostos sobre o patrimônio e a renda entram em vigor 15 dias após sua publicação.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma.
- b) Apenas uma.
- c) Apenas duas.
- d) Todas.

18. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A solidariedade prevista no Código Tributário Nacional comporta benefício de ordem. Isso significa que o fisco deve seguir uma ordem específica ao exigir a dívida dos devedores solidários.
- II. São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham o mesmo interesse na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária principal.
- III. O pagamento efetuado por um dos coobrigados não se aproveita aos demais, sendo, portanto, um dos efeitos negativos da solidariedade.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma.
- b) Apenas uma.
- c) Apenas duas.
- d) Todas.

19. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, sem conter erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expediu.
- II. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido fornecida, dentro do prazo de 10 (dez) dias da data de entrada do requerimento.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

20. Analise as afirmativas a seguir:

- I. As circunstâncias que modificam o crédito tributário afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- II. Apesar do crédito tributário decorrer da obrigação principal, não tem a mesma natureza desta.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

21. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço prestado pela entidade contratante. Assim, deve-se considerar o inteiro teor do contrato de prestação de serviços ao determinar a alíquota específica do ISS incidente sobre o valor da Nota Fiscal.
- II. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é de competência dos municípios e do Distrito Federal e tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na Lei, ainda que não constituam como atividade preponderante do prestador.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

22. Analise as afirmativas a seguir:

- I. As hipóteses de imunidade tributária incluem que os entes da federação não podem instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- II. As imunidades tributárias são descritas como limitação da atividade legislativa.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

23. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O princípio da capacidade contributiva está expresso na Carta Magna de 1988.
- II. O princípio da progressividade não é um instrumento para efetivar a igualdade da tributação.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

24. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A denúncia espontânea não afasta a responsabilidade tributária, devendo o contribuinte pagar os juros e multas sancionatórias devidas.
- II. Aquele que adquirir filial em processo de recuperação judicial não responde pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

25. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A guarda e a conservação dos livros contábeis e fiscais são exemplos de obrigação acessória.
- II. As obrigações acessórias decorrem de norma técnica contábil e consistem em prestações positivas apenas.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

26. Qual a alternativa CORRETA?

- a) Caso os créditos especiais e extraordinários de Remanso sejam autorizados nos últimos quatro meses do exercício, serão reabertos no limite dos seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro seguinte.
- b) Os orçamentos previstos na Lei Orçamentária Anual de Remanso terão entre suas funções a de reduzir desigualdades apenas entre distritos e bairros.
- c) O remanejamento de recursos é permitido, tendo como único requisito um parecer da Câmara de Vereadores de Remanso.
- d) Alterações de despesa que impliquem alteração de estrutura de carreiras poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente, não precisando de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Remanso.
-

27. Qual a alternativa CORRETA?

- a) No serviço de contenção de encostas, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será devido no local da obra.
- b) A alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é de 2,5% e a alíquota máxima é de 4,5% sobre o preço líquido do serviço.
- c) O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o tomador do serviço.
- d) Os municípios não poderão atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a terceira pessoa.
-

28. Qual a alternativa CORRETA?

- a) Na Bahia, os incorporadores não são considerados solidariamente responsáveis pelo pagamento do ICMS.
- b) As alíquotas de ICMS na Bahia serão de 17% nas operações com arroz ou feijão.
-

c) O ICMS não incide sobre a circulação física de mercadoria em virtude de mudança de endereço do estabelecimento dentro do estado da Bahia.

d) Na Bahia, será aplicada multa no valor de 5,8% do valor do imposto não recolhido tempestivamente, quando não for retido o imposto pelo sujeito passivo por substituição.

29. Qual a alternativa CORRETA?

a) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as espécies tributárias são impostos, taxas e contribuições de melhoria, apenas.

b) A função extrafiscal do tributo não procura corrigir distorções de natureza econômico-financeira.

c) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la a destinação final do produto e a sua arrecadação.

d) A parafiscalidade refere-se aos tributos cobrados em paralelo à atividade estatal.

30. Qual a alternativa CORRETA?

a) Não é necessário realizar o estorno do ICMS caso a mercadoria pereça (Art. 21 da LC).

b) Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do ICMS deverá ser arbitrada por autoridade administrativa (Art. 16 da LC 87/96).

c) É considerado ocorrido o fato gerador do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro (Art. 12 da LC 87/96).

d) Se, para fins de compensação, o montante dos créditos superar os dos débitos, o contribuinte deverá ajuizar ação para recebimento de precatório (Art. 24 da LC 87/96).

31. Qual a alternativa CORRETA?

a) Os bancos e as demais instituições financeiras não estão obrigadas a prestar informações de que disponham em relação a negócios de terceiros (Art. 197 da Lei 5.172/1996).

b) A autoridade solicitante das informações poderá recebê-las eletronicamente, devendo confirmar recebimento através da elaboração de certidão com assinatura digital (Art. 198 da Lei 5.172/1996).

c) É vedada a divulgação de informações, mesmo com requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça (Lei 5.172/1996).

d) Não se aplicam à legislação tributária quaisquer disposições que excluam ou impeçam a possibilidade de fiscalização por parte da autoridade competente (Lei 5.172/1996).

32. Qual a alternativa CORRETA?

a) De acordo com a Lei nº 5.172/1996, os atos normativos expedidos por autoridades administrativas entram em vigor em 45 dias após sua publicação.

b) Quando a lei for interpretativa, deve o contribuinte fixar o limite superior de contribuição aplicável a si.

c) Via de regra, a vigência das leis tributárias segue o que está regulado pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

d) A legislação tributária não goza de retroatividade benéfica.

33. Analise as afirmativas a seguir:

I. O estabelecimento prestador é o local onde o contribuinte do ISS desenvolve suas atividades de prestação de serviços de forma permanente ou temporária.

II. O serviço será considerado prestado e o ISS devido, geralmente, no local do estabelecimento do prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, observadas as exceções previstas em Lei.

III. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é de competência do estado e do município e tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que não constituam como atividade preponderante do prestador.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

a) Nenhuma. b) Apenas uma.

c) Apenas duas. d) Todas.

34. Analise as afirmativas a seguir:

I. Não são responsáveis solidários pelas contribuições de melhoria o enfiteuta, o adquirente ou o sucessor a qualquer título.

II. Na Bahia, o Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF) sumulará e publicará suas decisões reiteradas.

III. Os incentivos fiscais serão concedidos com base nos convênios aprovados e ratificados pelo Estados da Bahia.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

a) Nenhuma. b) Apenas uma.

c) Apenas duas. d) Todas.

35. Analise as afirmativas a seguir:

I. Segundo o artigo 5º do Código Tributário Nacional, os tributos são classificados em impostos, taxas e contribuições de melhorias, apenas.

II. O direito tributário procura juridicizar as relações com objetivo econômico definido.

III. Tributo é toda a prestação pecuniária facultativa, que não constitui sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada pela Administração Pública.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

a) Nenhuma. b) Apenas uma.

c) Apenas duas. d) Todas.

36. Analise as afirmativas a seguir:

I. A revogação de benefícios relativos ao ICMS dependerá da aprovação da maioria absoluta dos representantes dos estados presentes (Art. 2º da LC 24/75).

II. As isenções do ICMS não se aplicam à concessão de crédito presumido.

III. A inobservância da LC 24/75 ensejará nulidade do ato e ineficácia do crédito fiscal.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

37. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O regime de substituição tributária a que se refere a LC 87/96 dependerá de lei específica.
- II. A pessoa física ou jurídica que, mesmo sem intuito comercial, adquirir bens apreendidos ou abandonados é considerada contribuinte para fins da Lei Kandir.
- III. As obrigações referentes ao ICMS serão liquidadas apenas por compensação.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

38. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Para empréstimos compulsórios, a vinculação da arrecadação do tributo não é obrigatória.
- II. Segundo a doutrina tributarista, os tributos podem ser classificados como reais e pessoais e o principal exemplo dessa espécie são o IPTU e o IPVA.
- III. De acordo com a vasta doutrina tributarista, os tributos diretos são os únicos capazes de promover uma justa distribuição da carga tributária.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

39. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Ocorrendo a substituição de uma Certidão de Dívida Ativa (CDA) nula, será devolvido prazo para a defesa, que poderá versar sobre seu inteiro teor.
- II. É obrigatória a autenticação pela autoridade competente no termo de inscrição de Dívida Ativa.
- III. A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito constituído e inscrito em Dívida Ativa.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

40. Analise as afirmativas a seguir:

- I. São isentas do ICMS na Bahia as vendas a colonos em núcleos não reconhecidos pelo Governo Estadual.
- II. Na Bahia, é vedada a penhora sobre o imóvel em que o devedor do tributo reside.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 41 a 50)

41. Qual a alternativa INCORRETA?

- a) Cada setor ou equipe da entidade precisa estar integrada e manter uma boa comunicação para que se possa conquistar os objetivos na gestão por resultados.
- b) Na gestão por resultados, é necessário envolver o time no planejamento das ações que serão realizadas para se alcançar os objetivos estabelecidos.
- c) No modelo de gestão por resultados, todos os membros da organização passam a ser responsáveis pelos resultados, o que torna desnecessária a definição de metas.
- d) Cada resultado conquistado, no modelo de gestão por resultados, serve como referência para a próxima meta a ser alcançada.

42. Qual a alternativa CORRETA?

- a) Em caso de indeferimento de acesso à informação, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 dias, a contar da sua ciência (Lei nº 12.521/2011)).
- b) Os procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 servem para assegurar o direito fundamental à informação e devem ser executados conforme os princípios básicos da Administração Pública, previstos na Constituição Federal de 1988.
- c) Na Administração Pública, o serviço de busca e fornecimento de informação será sempre gratuito (Art. 12da Lei nº 12.521/2011).
- d) Subordinam-se ao regime da Lei nº 12.521/2011 os entes da Administração Pública direta, as autarquias e as fundações públicas, apenas.

43. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O paradigma pós-burocrático corresponde a um conjunto de ideias aderentes às práticas burocráticas, pois é baseado nos princípios da confiança, da centralização, da flexibilidade e com orientação para o cidadão.
- II. Weber idealizou a burocracia como uma forma superior de administração, pois ele previu corretamente que ela se tornaria a principal forma de evitar a ineficiência nos serviços públicos.
- III. Para Weber, a burocracia é o tipo ideal de administração, pois as regras, a hierarquia e o controle reduzem os riscos e aumentam a eficiência e a flexibilidade dos processos gerenciais e de prestação de serviços.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

44. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O controle social é o ato realizado individual ou coletivamente pelos membros dos Tribunais de Contas para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito das ações do Estado.

II. O controle social busca verificar se as decisões tomadas pelo Estado estão sendo executadas e dispensa o cumprimento dos princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas demais normas jurídicas.

III. O controle social aumenta a eficiência de políticas públicas e submete os gestores públicos à fiscalização da sociedade e de cidadãos que desejam que o Estado seja mais eficiente.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

45. Analise as afirmativas a seguir:

I. Transparência na Administração Pública é o oposto de políticas opacas, em que não se tem acesso às decisões, ao que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com elas.

II. A transparência na Administração Pública dissipa a opacidade sobre os atos e a gestão pública, o qual é um dos principais refúgios da corrupção e da ineficiência do Estado.

III. A transparência nos atos públicos pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para vedar o acesso dos usuários dos serviços às informações do Estado.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

46. Analise as afirmativas a seguir:

I. A prestação de contas dos gestores públicos deve conter demonstrativos, informações e elementos que evidenciem a boa, eficiente e regular aplicação dos recursos públicos, como, por exemplo, o resultado das ações empreendidas pelos administradores e gestores públicos.

II. É mediante a prestação de contas que os administradores e gestores de órgãos, de entidades ou de fundos dos poderes da União divulgam as informações e apresentam as análises dos resultados da gestão operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

47. Analise as afirmativas a seguir:

I. A presença dos conselhos de gestão nas estruturas político-administrativas brasileiras e sua expansão favorecem a consolidação da democracia nacional, pois amplia a participação da sociedade nas decisões do Estado.

II. O sucesso dos conselhos de gestão poderá ser comprometido se não forem disponibilizadas a seus membros as informações necessárias sobre o funcionamento das estruturas estatais.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

48. Analise as afirmativas a seguir:

I. A legitimidade para a realização de denúncia ao Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público sobre descumprimentos referentes à responsabilidade na gestão fiscal é restrita aos partidos políticos.

II. A Lei Complementar nº 131/09 estabeleceu um incentivo à realização de audiências públicas durante o processo de elaboração de orçamentos.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

49. Analise as afirmativas a seguir:

I. No Orçamento Participativo, a população discute e decide sobre as políticas e as prioridades, sempre com o objetivo de ampliar a arrecadação do Estado.

II. O Orçamento Participativo permite ao cidadão ser um protagonista permanente da gestão pública, restringindo sua participação apenas ao ato de votar.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

50. Qual a alternativa INCORRETA?

a) A análise do custo-benefício é uma técnica que permite converter os impactos decorrentes de uma decisão pública em valores monetários a fim de mensurar a satisfação dos cidadãos com os serviços prestados.

b) Na análise do custo-benefício, quando o resultado for positivo, significa que os benefícios superam os custos e a decisão pode ser aprovada. Caso contrário, deve ser rejeitada.

c) A análise do custo-benefício propicia transparência às decisões governamentais, pois compara os benefícios e os custos identificados de um empreendimento ou projeto, por exemplo.

d) A análise do custo-benefício não considera a influência dos interesses políticos nas decisões públicas, pois trata-se de uma análise objetiva, não subjetiva.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO